

**JUS SPERNIANDI: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA EM MATO GROSSO DO SUL, BRASIL**

Jorge Eremites de Oliveira

Vol. XI | n°21 | 2014 | ISSN 2316 8412



JUS SPERNIANDI: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA EM MATO GROSSO DO SUL, BRASIL

Jorge Eremites de Oliveira¹

Resumo:O presente artigo tem por objetivo apresentar uma proposta de criação, na UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), em Mato Grosso do Sul, Brasil, de um curso de graduação em Antropologia. O curso é proposto por meio da articulação entre a Antropologia Sociocultural e a Arqueologia, com uma única entrada por meio de processo seletivo, dois anos de formação em comum e dois anos de formação específica em um dos dois campos do conhecimento. A proposta também é baseada nas experiências acumuladas em outras universidades brasileiras e vai ao encontro de demandas consolidadas e crescentes no país e no MERCOSUL para profissionais dessas áreas.

Palavras chaves:Antropologia Brasileira, Arqueologia Brasileira, UFGD.

Abstract:This paper aims to present a proposal for an undergraduate degree in Sociocultural Anthropology and Archaeology at the UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), State of MatoGrosso do Sul, Brazil. The planned undergraduate course will be offered based on the articulation among the fields of Sociocultural Anthropology and Archaeology. Students will have a single entry by year, made throughout one selection process, and the course will be dividing on stages: two years of common training and two years of specific disciplines, selected from one of the two main fields of knowledge. The proposal was also based on experiences acquired in other Brazilian universities. The course subject of this paper comes to supply a growing demand in the country and MERCOSUR for professionals in the areas of Sociocultural Anthropology and Archaeology.

Keywords:Brazilian Anthropology, Brazilian Archaeology, UFGD.

INTRODUÇÃO E BREVE HISTÓRICO DA PROPOSTA

O presente artigo, escrito originalmente em 2011, apresenta a proposta de criação de uma graduação em Antropologia, articulada entre os campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia, na UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), instituição sediada no estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil. Naquele ano a ideia foi encaminhada para apreciação no âmbito institucional e também divulgada, por meio de redes sociais, entre arqueólogos, antropólogos socioculturais e profissionais de áreas afins que atuam no Brasil e em alguns outros países. Disso resultou em dezenas de manifestações de apoio, inclusive por parte de ex-dirigentes da SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira) e da UISPP (*Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques*), encaminhadas a representantes da universidade. Houve inclusive um abaixo-assinado de servidores da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) em Mato Grosso do Sul e outras tantas manifestações favoráveis à criação do curso. Isso

¹ Doutor em História/Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil; com estágio de pós-doutoramento em Antropologia Social pelo Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Professor associado da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; e bolsista de produtividade em pesquisa, nível 1D, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

ocorreu quando fazia parte do quadro de docentes permanentes e respondia pela coordenação do PPGAnt (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) da referida universidade. Contudo, manifestações desse tipo foram sistemática e deliberadamente desprezadas no âmbito institucional.

Na sequência consta mensagem de apoio enviada em 19/10/2011 por Eduardo Góes Neves, presidente da SAB durante a gestão 2009-2011 e, à época, coordenador-adjunto da área de Antropologia/Arqueologia da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior):

Prezados Excelentíssimos Professores Doutores
Damião Duque de Farias, DD Reitor, UFGD
João Carlos de Souza, DD Diretor, FCH/UFGD

Peço licença por encaminhar a Vossas Senhorias esta mensagem pelo correio eletrônico. O objetivo é manifestar meu apoio à iniciativa de criação de um curso de graduação em Antropologia/Arqueologia na UFGD. Escrevo como arqueólogo orientador em programa de pós-graduação na Universidade de São Paulo, bolsista de produtividade do CNPq (1-D), ex-presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira (biênio 2009-2011) e atual coordenador-adjunto da área de Antropologia/Arqueologia da CAPES.

Vejo com bastante entusiasmo a iniciativa que ora que gesta na UFGD. A Universidade conta em seu corpo docente com arqueólogos e antropólogos que têm relevância no quadro da área no Brasil e ampla capacidade para dar início à tarefa que a eles se apresenta. A proposta de curso tem uma formatação moderna e segue as tendências mais avançadas na área. O curso teria o potencial de atender a demanda de alunos brasileiros, mas também de países estrangeiros limítrofes ao Mato Grosso do Sul. Ressalto também que a criação de novos cursos de graduação em antropologia e arqueologia no Brasil tem sido uma tendência crescente que se faz visível em todas as áreas do Brasil.

Por todas essas razões apoio firmemente a iniciativa, que sem dúvida terá um impacto importante para o desenvolvimento da área no Brasil.

Atenciosamente,
Eduardo Góes Neves
Museu de Arqueologia e Etnologia
Universidade de São Paulo

Segue ainda, a título de exemplo, um abaixo-assinado de servidores da FUNAI em Mato Grosso do Sul, de outubro de 2011, no qual manifestam apoio à proposta.

Consideramos que o estado de Mato Grosso do Sul sofre com a carência de profissionais da Antropologia. Tal carência contribui de maneira indireta para a perenização dos vários preconceitos que pesam sobre as diversas minorias étnicas e sociais que vivem aqui. Após tomarmos conhecimento de que tramita nas instâncias universitárias a proposta de criação de um curso de graduação em Antropologia, por acreditar que esta iniciativa terá como resultados positivos, dentre outros, o desenvolvimento científico e social de Mato Grosso do Sul, os que abaixo assinam apóiam a criação do curso de graduação pela Universidade Federal da Grande Dourados

Nome	RG	Assinatura	Data
Thiago Leandro V. Cavalcante	8568848-0		24/10/11
Sélio Raimundo da Silva	10455162-7		24/10/11
Daniela C. da Silva Valdy	001629203		24/10/11
Eliziane Rayete Rigotti	003.611.050		24/10/11
Paulo Edson Furtado	556254/MS		24/10/2011
Thiago GASTALDO	28531970		24/10/11
Luciana Liz M. Luderman	001.818.557		24-10
Jackson Lima de Sousa	001.561.351		24/10
Jéssica Elizabeth R. Espindola	001.676.481		24/10
Immanuel Jants	3393557		24/10/11
Edna de Souza Freije	01725320	-	24/10/11
Genia Carmo Silva	001795511		24/10/11
Cláudia Pereira Borges	880.937		24/10/11
Ed. J. de	8.496.942.7		24/10/11
Elder Paulo Ribas de Silva	33.989.825-2		24/10/11
Kamila dos Reis	001587534		24/10/11
JACKSON PETINARI REIS	547301/MS		24/10/11
Luciano Garcia Reis	001-725-528		24/10/11

Figura 01: Primeira parte do abaixo-assinado de servidores da FUNAI.

Havia, pois, um contexto político favorável nacionalmente e desfavorável institucionalmente. Por isso, embora redigida com esmero, a proposta foi parcialmente rejeitada em 2012 nas instâncias superiores da universidade. Isso ocorreu, contudo, sem ter sido devidamente analisada e debatida. Ocorre que a ideia contou com forte oposição apresentada pelo *establishment* universitário local, inclusive dentro da FCH (Faculdade de Ciências Humanas), onde estava lotado e à época respondia pela coordenação do PPGAnt (Programa de Pós-Graduação em Antropologia). O contexto da decisão e seus desdobramentos são complexos e não serão aqui tratados com profundidade, embora tenha feito algumas reflexões críticas e polêmicas sobre o assunto, divulgadas no calor da hora pela imprensa regional (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012a, 2012b, 2012c). Em fins daquele ano teria sido indicada a possibilidade da criação de uma graduação em Antropologia na instituição, porém para 2017 e sem a articulação entre Antropologia Sociocultural e Arqueologia. Uma deliberação desse tipo resulta, também, em significativo prejuízo à Antropologia, sobretudo a este último campo do conhecimento, a Arqueologia, no estado e na região Centro-Oeste do país.

A partir dessas considerações iniciais é possível compreender o título do trabalho: *Jus Sperniandi*. Trata-se de uma expressão comum no campo do Direito e significa algo como o “direito de esperar”, resistir, reagir contra os opositores e, neste caso, defender a ideia da viabilidade de uma graduação em Antropologia, articulada entre os campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia em uma universidade pública.

Feita esta sucinta explicação inicial, cumpre dizer que este artigo resulta, com efeito, de um conjunto de reflexões iniciadas em 2006, quando foi apresentada pela primeira vez, no âmbito da FCH, a proposta de criação de um bacharelado presencial em Arqueologia. À época, a proposta teria ficado como terceira prioridade em meio a discussões feitas no conselho diretor da faculdade. A primeira prioridade foi dada à criação de um curso presencial de Psicologia (licenciatura e bacharelado), o qual contava com prévio apoio de membros da administração central e foi aberto logo em seguida. A segunda prioridade teria ficado para uma graduação em Filosofia (licenciatura), ainda sem ter sido inaugurada até o ano de 2012. Posteriormente, em 2010, em outra rodada de discussões ocorridas no âmbito das comissões de cursos de graduação, coordenadorias de programas de pós-graduação e conselho diretor da FCH, foi apresentada a proposta de criação do bacharelado em Antropologia, com duas linhas de formação, uma em Antropologia Sociocultural e outra em Arqueologia².

Essas últimas discussões também ocorreram no âmbito do planejamento institucional frente à proposta do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais),

² Originalmente a proposta indicava para a existência de *habilitações* ou *ênfases*, às quais correspondem a *linhas de formação*, como verificado em 2013 no curso de graduação em Antropologia da UFPel.

do governo federal, criado por meio do Decreto nº. 6.096, de 24/04/2007. Seu principal objetivo “é ampliar o acesso e a permanência na educação superior”, conforme constava em 2011 no seu sítio eletrônico oficial (<http://reuni.mec.gov.br>). A proposta apresentada nesta outra ocasião teria ficado como terceira possibilidade de implantação em detrimento a duas outras prioridades estabelecidas para cursos presenciais de graduação: uma em Filosofia (licenciatura) e outra em Arquitetura e Urbanismo (bacharelado), mencionadas na Resolução nº. 237, de 15/10/2010, do conselho diretor da FCH³.

De 2006 a 2010, as reflexões outrora iniciadas foram ampliadas para a quase totalidade dos antropólogos da UFGD e aliados de áreas afins, todos ligados a uma das três universidades públicas existentes no estado⁴. Esses profissionais elaboraram, entre fins do primeiro semestre e início do segundo semestre de 2010, a proposta de criação do PPGAnt com área de concentração em Antropologia Sociocultural e três linhas de pesquisa, a saber: 1ª) Etnicidade, Diversidade e Fronteiras; 2ª) Etnologia, Educação Indígena e Interculturalidade; 3ª) Arqueologia, Etno-história e Patrimônio Cultural. Tal proposta foi devidamente aprovada nas instâncias da UFGD, mas isso ocorreu após um exaustivo esforço para a superação da oposição feita por sociólogos, cientistas políticos, historiadores e seus aliados na FCH. Depois disso foi encaminhada à CAPES, órgão que a aprovou com elogios em fins de 2010 – contrariando a previsão de certos representantes do *establishment* –, quando ocorreu sua imediata implantação e o início do processo seletivo para a primeira turma de dez mestrandos, ingressada em 2011⁵. Posteriormente, no ano de 2011, a presente proposta foi submetida à apreciação crítica de colegas que atuam em universidades sediadas em outros estados da Federação, os quais também apresentaram suas avaliações e sugestões que contribuíram para seu amadurecimento.

Em seu primeiro ano de existência, a Coordenadoria do PPGAnt decidiu por unanimidade, em sua primeira reunião ordinária, ocorrida em 11/03/2011, estabelecer metas para seu planejamento estratégico no triênio 2011-2013, assim expressas:

³ No caso do curso de licenciatura em Filosofia, trata-se de uma antiga aspiração de muitos docentes dentro da FCH/UFGD, cujas reivindicações remontam, pelo menos, à década de 1990, ou seja, ao tempo do antigo CEUD/UFMS.

⁴ Por ordem alfabética, são eles: Álvaro Banducci Júnior (UFMS), Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS), Beatriz dos Santos Landa (UEMS), Cíntia Beatriz Müller (ex-docente da UFGD, redistribuída para a UFBA), Jorge Eremites de Oliveira (ex-docente da UFGD, redistribuído para a UFPel), Jones Dari Goettert (UFGD), José Luis dos Santos Peixoto (UFMS), Levi Marques Pereira (UFGD), Marina Vinha (UFGD), Mario Teixeira de Sá Junior (UFGD), Noêmia dos Santos Pereira Moura (UFGD), Rodrigo Luiz Simas de Aguiar (UFGD) e Simone Becker (UFGD).

⁵ A expressão “Antropologia Sociocultural”, comum na Antropologia Alemã (GINGRICH, 2005) e adotada como área de concentração do PPGAnt/UFGD, tem a ver com a tentativa da conjugação de perspectivas ligadas a duas importantes escolas do pensamento antropológico: a Antropologia Social Britânica e a Antropologia Cultural Estadunidense. No caso da primeira escola, nota-se que certo isolamento tem levado à Antropologia Social a perder significativos espaços na acadêmica e na sociedade britânica (SPENCER, 2000), como ocorre em muitos outros países da Europa. Situação diferente tem sido verificada no modelo dos quatro campos adotado nos Estados Unidos (BALÉE, 2009) e, sobretudo, em relação ao vigor que caracteriza a Antropologia Brasileira (PEIRANO, 1999; CABRAL, 2004).

- 1) Transformação da linha de pesquisa “Arqueologia, Etno-história e Patrimônio Cultural” em uma segunda área de concentração, a ser denominada “Arqueologia”, com até 5 vagas oferecidas anualmente para o ingresso de novos/as mestrandos/as, mediante a contratação de dois/duas docentes com o título de doutor/a e produção científica no campo da arqueologia;
- 2) Ampliação do número de vagas para a área de concentração em “Antropologia Sociocultural”, de 10 para até 12 novos/as mestrandos/as, mediante a contratação de um/uma docente com o título de doutor/a e produção científica no campo da antropologia sociocultural. (Resolução PPGAnt nº. 10, de 28/10/2011)

Posteriormente, a Coordenadoria do PPGAnt, em consonância com as deliberações tomadas por unanimidade em sua 6ª reunião ordinária, resolveu manifestar-se favoravelmente pela criação na UFGD de uma graduação em Antropologia, articulada entre os campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia, para a qual esta proposta apresentou maiores detalhamentos (Resolução PPGAnt nº. 31, de 12/09/2011). Essas proposições ainda foram ratificadas por meio da Resolução PPGAnt nº. 39, de 18/10/2011.

Trata-se de um curso que funcionaria como duas graduações com uma única entrada por meio de processo seletivo institucional e uma formação em comum por quatro semestres ou dois anos. A partir do quinto semestre, os discentes teriam, através de uma escolha anterior, uma formação específica em Antropologia Sociocultural ou em Arqueologia. Tal proposta baseia-se em uma perspectiva clássica da ciência antropológica, na qual o ser humano é percebido em sua complexidade biológica e sociocultural (material e imaterial). Exemplo disso é como a Antropologia é concebida na tradição estadunidense, sob a influência do antropólogo teuto-americano Franz Boas (1858-1942), e assim difundida em várias publicações de Antropologia conhecidas no Brasil (DA MATTA, 1983; LARAIA, 1992; ERIKSEN e NIELSON, 2007; GOMES, 2008; dentre outros)⁶.

Uma proposta deste nível faz parte de uma inovação estratégica e oportuna para a (re) aproximação dos campos clássicos da Antropologia, assim percebida de um ponto de vista holístico, quais sejam: Antropologia Sociocultural (Social + Cultural), Arqueologia, Antropologia Física ou Biológica (Bioantropologia) e Linguística Antropológica ou Antropologia Linguística (BOAS, 2004; MOURA, 2004; STOCKING JR., 2004; SILVERMAN, 2005; BEZERRA, 2008; BALÉE, 2009; FERREIRA e CERQUEIRA, 2009; CARLE, 2011; ISNARDIS, 2011). Mais que isso: está inserida em uma proposta para atender a demandas cada vez maiores a esses campos do conhecimento no Brasil e no MERCOSUL, conforme pode ser observado nas obras organizadas por Trajano Filho & Ribeiro (2004) e Carvalho et al. (2009). Esta situação também é percebida em várias matérias jornalísticas, a exemplo de Romanelli (2010), Ângelo (2011), Pierro (2011) e a denominada *Arqueólogos estão em falta no mercado depois do PAC* (2011).

⁶ Franz Boas orientou e influenciou vários antropólogos renomados, como Alfred L. Kroeber, Margareth Mead, MevilleHerkovitz, Robert Lowie, Ruth Benedict e Gilberto Freire, dentre muitos outros.

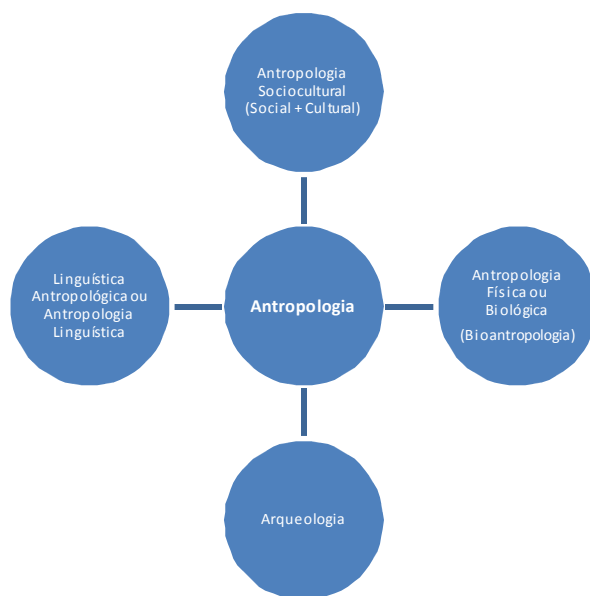


Figura 03: Representação dos quatro campos clássicos da Antropologia.

No que se refere aos quatro campos clássicos da Antropologia, deve-se ter em consideração o fato de os mesmos não se constituírem, bem entendido, em subdisciplinas ou ramos sem autonomia científica e com uma hierarquia em comum. A discussão sobre o assunto é bastante ampla e conhecida mundialmente. Fazem parte de uma aliança de longa data e bem sucedida para o seu desenvolvimento em conjunto, o que tem acontecido em muitos países nas Américas. Este é o caso, apenas para exemplificar, das experiências exitosas registradas na Argentina, Uruguai, México, Estados Unidos e Canadá, sendo os dois primeiros Estados-nações membros do MERCOSUL. No Brasil, tudo indica que a separação entre os campos da antropologia sociocultural e da arqueologia ocorreu na década de 1960, durante o regime militar (1964-1985), cujo tema ainda não foi devidamente estudado. No entanto, a partir da década de 2000 tem havido uma (re) aproximação estratégica, oportuna e inovadora no país, tanto em nível de graduação quanto em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Neste sentido, a noção de “campo”, do latim *campu*, deve ser compreendida, também, a partir da ideia bourdiana de campo científico ou intelectual, complementar ao conceito de *habitus*. No caso, o conceito de campo seria o espaço intelectual onde ocorrem diversos tipos de relações sociais e até mesmo disputas pela autoridade científica entre os indivíduos, os quais são motivados por interesses dos mais variados e manifestados pela capacidade técnica e poder social (BOURDIEU, 2010, p. 59-73). Cada campo, portanto, possui uma lógica própria construída historicamente. Dessa maneira, um conjunto de campos pode estar articulado em torno de perspectivas em comum, como é o caso da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia.

Apesar de uma proposta assim poder gerar certo mal-estar entre alguns antropólogos socioculturais e arqueólogos “tradicionais” que atuam no Brasil, o fato é que em Mato Grosso do Sul ela tem a ver com experiências ligadas à pluralização de tradições etnográficas, tal qual defendida por Pacheco de Oliveira (2004). Também estão vinculadas à garantia de direitos a povos e comunidades tradicionais, como ocorre na produção de laudos administrativos e judiciais (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2009, 2010, 2012; EREMITES DE OLIVEIRA, 2007, 2012d).

CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL E REGIONAL

A UFGD foi criada por meio da Lei nº. 11.153, de 29/07/2005, e implantada em 02/01/2006, a partir do antigo CEUD (Centro Universitário de Dourados), um campus da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) originalmente criado em 1972, porém como Centro Pedagógico de Dourados (CPD), unidade da antiga UEMT (Universidade Estadual de Mato Grosso), na época do antigo Mato Grosso⁷. O nascimento da instituição veio ao encontro dos anseios de parte da população sul-mato-grossense para a consolidação de uma instituição federal autônoma de ensino superior no Cone Sul do estado, onde Dourados é a maior cidade. Sua missão seria apoiar e promover estrategicamente o desenvolvimento sócio-econômico da região onde está inserida e, por conseguinte, do país e também do MERCOSUL.

Em seus mais de seis anos de existência, a UFGD se constituiu em um marco de excelência no ensino, na extensão e na pesquisa acadêmica em Mato Grosso do Sul e no Centro-Oeste do país. O reconhecimento do trabalho desenvolvido pela instituição veio com a avaliação do MEC (Ministério da Educação), em 2008, 2009 e 2010, que a teria classificado como a melhor universidade do estado no que se refere ao ensino de graduação. Neste contexto, apenas para citar um exemplo pontual, o curso de graduação em História obteve, no segundo semestre de 2009, conceituação máxima pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao MEC, responsável pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)⁸.

Além disso, é importante assinalar que o aumento do número de cursos de graduação e programas de pós-graduação é uma das metas aspiradas pela UFGD, sobretudo no contexto do REUNI, pois a formação de novos profissionais é uma latente demanda regional e suprarregional. Isso não significa que a proposta aqui apresentada teria sido mero reflexo de exigências institucionais, pelo contrário. Também resulta de experiências bem sucedidas acumuladas por docentes na instituição ao longo dos últimos anos, o que

⁷ O antigo Estado de Mato Grosso foi dividido em 1977, na época do regime militar (1964-1985) implantado por meio do golpe militar de 1964. Da parte meridional foi criado Mato Grosso do Sul, permanecendo a setentrional como Mato Grosso. Assim, quando utilizo a expressão *antigo Mato Grosso*, refiro-me ao período anterior à criação de Mato Grosso do Sul, ao Mato Grosso uno.

⁸ Ver <http://www.ufgd.edu.br/noticias/vestibular-2010-curso-de-historia-da-ufgd-tem-conceituacao-maxima-do-inep> (acessado em 15/09/2010).

estimulou a constituição de um campo de reflexões para a Antropologia Sociocultural e a Arqueologia em Mato Grosso do Sul. Disso culminou, em fins de 2010, com a constituição do próprio PPGAnt e, no ano seguinte, em 2011, com a decisão da criação de uma associação de Antropologia no estado, cujo propósito foi ratificado em 2013 durante a IV RAMS – Reunião de Antropologia de Mato Grosso do Sul, realizada em Campo Grande.

No que diz respeito às singularidades regionais, vale lembrar que Mato Grosso do Sul é um estado fronteiriço e radicalmente multiétnico e multicultural, com uma extensa linha geográfica de contatos com as populações das vizinhas repúblicas do Paraguai e da Bolívia. Também possui a segunda maior população indígena do Brasil: povos Atikum, Guarani ou Ñandeva, Guató, Kaiowá, Kadiwéu, Kamba, Kinikinau, Ofaié e Terena, dentre representantes de outros povos, como Bororo, Chamacoco e Laiana. Conjuntamente com esses povos indígenas, e com vistas a chamar a atenção para a sociodiversidade regional, há de ser sublinhada a presença de comunidades tradicionais não-indígenas, a exemplo de quilombolas e ribeirinhas, distribuídas na bacia do alto curso do rio Paraguai (Pantanal e adjacências) e na bacia sedimentar do rio Paraná.

Uma das características marcantes para os antropólogos socioculturais e arqueólogos da UFGD é a produção científica sobre temáticas relacionadas a povos e comunidades tradicionais, sobretudo as sociedades indígenas. Seus estudos extrapolam as fronteiras do território sul-mato-grossense e gradualmente vinham sendo reconhecidos no país e no exterior. Esta situação não denota um anacronismo em relação às tendências mais recentes verificadas na Antropologia nacional e internacional, tampouco tem a ver com um exotismo ou alteridade radical em relação ao objeto de estudo da ciência antropológica. Trata-se da revelação de especialidades e orientações relacionadas à preocupação com diferenças socioculturais e singularidades políticas marcantes no estado. Ademais, a Antropologia não pode ser reduzida a uma espécie de ciência dos “povos primitivos”, mas percebida como uma ciência social que estuda o ser humano em sua complexidade biológica e sociocultural, desde as origens mais remotas na África até os dias atuais.

Nessas circunstâncias, dirigentes da UFGD também se apresentavam como reconhecendo e incentivando o diálogo e o desenvolvimento de ações afirmativas junto às comunidades tradicionais, indígenas e não-indígenas, em respeito às suas particularidades socioculturais. Em que pese saber dos avanços institucionais nessa área, entendo que tais ações desde algum tempo poderiam ter sido ampliadas para a existência de cotas sociais e etnicorraciais para o ingresso de novos estudantes em cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Da mesma forma, pode-se apontar a necessidade da ampliação de políticas para a permanência de estudantes de baixa renda na universidade, como acontece em muitas

outras instituições de ensino superior no país. Exemplo disso seria o início, em 2011, das obras de construção do primeiro bloco da moradia estudantil da UFGD, com capacidade para abrigar 96 alunos⁹.

Ainda em relação a este olhar institucional diferenciado, como um dos avanços merece destaque a criação, em 2006, do curso de Licenciatura Indígena Teko Arandu. Seu objetivo seria atender a demandas específicas para a formação de professores Guarani ou Nandeva e Kaiowá no estado. Tal experiência tendeu a ser ampliada para a criação de uma unidade específica para apoiar a este tipo de demanda e outras semelhantes, perspectiva esta que corrobora a análise aqui apresentada. Exemplo disso é o fato de a reitoria ter assinado, em 22/10/2011, a minuta da criação da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), assim denominada posteriormente, com investimentos iniciais na ordem de R\$ 1 milhão a serem obtidos através de emendas de parlamentares do estado no Congresso Nacional¹⁰.

Por isso, parte significativa da especificidade que tem sido impressa nas ações da UFGD se relaciona às próprias características sócio-econômicas e étnico-culturais de Mato Grosso do Sul. É neste sentido que as experiências de convênios e parcerias, com ou sem financiamentos, estabelecidas entre a UFGD com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a FUNAI e a DPU (Defensoria Pública da União), singularizam e marcam a aplicação e a produção de conhecimentos dos antropólogos socioculturais e arqueólogos ligados à instituição. Somam-se a estes convênios e parcerias, os projetos de pesquisa financiados pelo MEC, FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul), CNPq e pela própria UFGD, dentre outras instituições.

Neste contexto, portanto, pode-se deduzir a particular importância de que se reveste a proposta de criação do bacharelado em Antropologia, articulado em Antropologia Sociocultural e Arqueologia, apresentada à instituição. O objetivo maior esteve voltado, desde o início, para o desenvolvimento da ciência antropológica desde uma perspectiva clássica, ampliar a horizontalização do projeto institucional da UFGD e, sobretudo, atender a demandas regionais e suprarregionais (nacionais e internacionais) para a formação de profissionais nesses campos do conhecimento. Isso porque a proposta não foi pensada apenas para atender a demandas oriundas de Mato Grosso do Sul, mas também de outras partes do Brasil e de países vizinhos, como a Bolívia e o Paraguai, conforme explicado mais adiante.

Outro aspecto quantitativamente relevante da política da UFGD tem sido a contratação de profissionais qualificados para seu quadro funcional, tanto docentes como técnicos administrativos. Entre 2006 e 2010 foram contratados mais de 300 novos docentes portadores, em sua maioria, do título de doutor.

⁹ Ver <http://www.ufgd.edu.br/noticias/1o-bloco-da-2018moradia-estudantil2019-da-ufgd-vai-abrigar-96-estudantes> (acessado em 26/09/2011).

¹⁰ Ver <http://www.ufgd.edu.br/noticias/ufgd-criara-faculdade-de-estudos-indigenas> (acessado em 04/11/2011).

RELEVÂNCIA E PERTINÊNCIA DA PROPOSTA

No tocante à relevância e ao impacto regional da criação do bacharelado em Antropologia, articulado em torno dos campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia, faz-se necessário chamar a atenção para a existência, até o início 2011, de duas conhecidas graduações com essas características no país: uma em Belo Horizonte (UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais), na região Sudeste, e outra em Pelotas (UFPel – Universidade Federal de Pelotas), na região Sul. Os projetos pedagógicos dos dois cursos foram devidamente analisados para a formulação da proposta apresentada à UFGD (VARGAS, 2009; FERREIRA e CERQUEIRA, 2009; RIETH, 2010; CARLE, 2011; ISNARDIS, 2011). Por este motivo, o curso seria um dos primeiros a ser implantados no Brasil e supriria, pois, parte das crescentes demandas registradas em todo o território nacional, sobretudo no Centro-Oeste, e para além-fronteiras (Paraguai e Bolívia, especialmente).

Nesta linha de argumentação, faz-se necessário salientar que a promulgação da Carta Constitucional de 1988 não apenas oficializou o fim do regime militar (1964-1985) e instalou o Estado Democrático de Direito no Brasil. Também passou a ser um divisor de águas na reorientação das ações do Estado Nacional junto a amplos setores da população brasileira. Este é o caso do reconhecimento do Brasil como um país multiétnico e multicultural, conforme interpretado a partir da Constituição Cidadã.

Deve-se ainda mencionar a existência de convenções internacionais, das quais o Brasil é signatário, que exigem a adequação das ações públicas e privadas às novas diretrizes políticas e legislativas que predominam no contexto mundial. Este é o caso da Convenção nº. 169 da OIT (Organização Mundial do Trabalho), de 1989, ratificada por meio do Decreto nº. 5.051, de 19/04/2004. Trata-se de um tratado internacional que tem sido interpretado por alguns especialistas em Direito como norma de hierarquia intermediária, isto é, inferior às normas constitucionais, porém percebida como superior às normas ordinárias¹¹.

Esta situação também criou um conjunto de condições favoráveis para a ampliação dos quadros de antropólogos socioculturais e arqueólogos no país. Percebe-se esta situação na crescente demanda para a elaboração e aplicação de políticas públicas para coletividades cultural e/ou etnicamente diferenciadas em relação à maioria da sociedade nacional. Também é verificada na produção de laudos administrativos e judiciais, bem como em ações relacionadas à preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial.

¹¹ Conforme consta no trabalho intitulado *A Convenção 169 da OIT no Brasil*, disponível em http://www.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/?q=convencao-169-da-oit-no-brasil (acessado em 26/09/2011).

Contexto semelhante ocorre em países vizinhos como a Bolívia e o Paraguai. Apenas para exemplificar, salvo melhor juízo em 2011 não existia sequer um arqueólogo profissional, com formação acadêmica na área, para atender a todo o território paraguaio. Disso resulta em um prejuízo incalculável ao seu patrimônio arqueológico, inclusive no que se refere ao desenvolvimento de atividades turísticas, pois naquele país vizinho há sítios arqueológicos de grande valor histórico e cultural. Esta é a situação de antigas missões jesuíticas e fortificações militares do período colonial, além de sítios arqueológicos associados a povos indígenas que ocuparam aquele território desde tempos pré-coloniais. No caso da Bolívia, as mudanças políticas ali registradas nos últimos anos, principalmente com a promulgação da Constituição de 2007, chamam à atenção para a importância do trabalho dos antropólogos para a garantia dos direitos de povos e comunidades originárias em ações promovidas pelo Estado Nacional.

No que se refere ao Brasil, soma-se a tudo isso a própria organização de amplos setores da população nacional, os quais seguem a reivindicar direitos dos mais variados: igualdade de gênero, preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial, reforma agrária, combate à homofobia, políticas afirmativas para indígenas e afrodescendentes, preservação do meio ambiente, demarcação de territórios tradicionais de comunidades indígenas e de remanescentes dos quilombos, educação formal diferenciada etc.

Na verdade, o novo texto constitucional brasileiro passou a exigir a mobilização do aparato estatal para atuar no sentido de assegurar direitos sociais a segmentos historicamente excluídos da população. Neste contexto, incluem-se, também, povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, fronteiriças, caçaras etc.). Por esta razão, dentre outras, questões étnicas e raciais também passaram a integrar a pauta de atuação de órgãos dos governos, cada vez mais acionados a instituir procedimentos que visam assegurar direitos a essas coletividades.

Nos lastros desses procedimentos foi ampliada e aprimorada a legislação ambiental do Brasil, conforme constatado nas resoluções aprovadas pelo CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente). No bojo desse aparato legal, existe um conjunto de leis que estabelece condicionantes para o licenciamento ambiental de projetos potencialmente degradantes para o meio ambiente e os seres humanos. Significa dizer que existem normas para o planejamento, a construção e a operação de projetos desenvolvimentistas, tais como: rodovias, hidrelétricas, ferrovias, usinas de álcool, açúcar e co-geração de energia elétrica, linhas de transmissão de energia, condomínios rurais e urbanos etc. Tais condicionantes são exigidas e fiscalizadas por órgãos públicos, como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis), órgãos estaduais ligados ao licenciamento ambiental, a exemplo do IMASUL (Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul), e o próprio IPHAN (Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Acrescentam-se ainda as ações dos Ministérios Públicos Estaduais e do Ministério Público

Federal (MPF), e a atuação da própria sociedade civil organizada. Exemplo disso é o que acontece para a elaboração e análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de diversos projetos executados e em vias de execução no estado até o ano de 2011, como a duplicação da Rodovia MS-156 (Dourados-Itaporã), o Anel Viário de Dourados e vários empreendimentos industriais.

No caso da Arqueologia, cabe explicar que a proteção de bens de natureza arqueológica está amparada por leis brasileiras e internacionais sobre o assunto, tais como: (1) Constituição Federal de 1988, Artigo 20; (2) Lei Federal nº. 3.924/1961, também conhecida como *Lei da Arqueologia*; (3) Lei Federal nº. 7.542/1986, que trata do patrimônio arqueológico em águas sob jurisdição nacional; (4) Resolução CONAMA nº. 001/1986, Artigo 6, Alínea C; (5) Lei Federal nº. 9.605/1998, mais conhecida como *Lei de Crimes Ambientais*, Capítulo 5, Seção 4; (6) Recomendações Internacionais como a *Carta de Nova Delhi* (1956), *Recomendação de Paris* (1968), *Carta de Lausanne* (1990), *Carta para a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico* (1990) e *Carta de Sofia* (1996), todas aprovadas pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), órgão que faz parte da ONU (Organização das Nações Unidas). Portanto, para todo tipo de empreendimento potencialmente degradante para o meio ambiente e os seres humanos deveria haver, ao menos até 2012, o prévio estudo arqueológico correspondente às três etapas do licenciamento ambiental válidas para a época, a saber: licença prévia (LP), licença de instalação (LI) e licença de operação (LO). Esta exigência estava amparada, ainda, pelo que estabelecia a Portaria IPHAN nº. 230/2002, modificada recentemente¹².

Com a retomada do crescimento econômico do país, especialmente a partir da década de 1990, milhares de novos espaços de atuação profissional foram abertos para arqueólogos brasileiros, os quais atualmente estão em número bem inferior em relação às demandas de trabalho a eles apresentadas por setores públicos e privados.

Por tudo isso, e muito mais, foram criadas demandas cada vez maiores por trabalhos de antropólogos socioculturais e arqueólogos em todo o território nacional, as quais têm seu devido reflexo na abertura de cursos de graduação e programas de pós-graduação em muitas universidades estabelecidas no país¹³. Esta situação tem sido acompanhada de muitos dilemas e desafios, os quais têm sido objeto de

¹² As mudanças ocorridas na legislação brasileira relativa ao licenciamento ambiental, especialmente as registradas a partir de 2012 para o campo da Arqueologia, não são tratadas no presente artigo, sobretudo as feitas pelo IPHAN.

¹³ Segundo dados obtidos durante o II Fórum de Coordenadores de Graduação em Arqueologia, realizado no mês de setembro de 2011 na cidade catarinense de Florianópolis, durante o XVI Congresso da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira e o XVI Congress of the UISPP – Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques, à época havia 9 cursos de graduação em Arqueologia e 2 cursos articulados de graduação em Antropologia Sociocultural e Arqueologia no Brasil. Desse total, havia apenas um curso de graduação em Arqueologia na região Centro-Oeste, sediado na PUC Goiás, em Goiânia, criado no primeiro semestre de 2006. Uma boa análise sobre a situação foi feita por Bezerra (2008), cujo artigo é leitura obrigatória sobre o tema. Somam-se a este trabalho as recentes e interessantes reflexões feitas por Barbosa (2011), Carle (2011), Isnardis (2011), Peninet *al.* (2011), Py-Daniel (2011), Scabello e Fernandes da Silva (2011), Thiesen e Barcelos (2011) e Viana e Rubin de Rubin (2011), publicadas no periódico *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*.

reflexões críticas e posicionamentos tomados em eventos promovidos por associações científicas, como a ABA (Associação Brasileira de Antropologia) e a SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira).

DEMANDAS REGIONAIS E SUPRARREGIONAIS

São muitas e crescentes as demandas regionais e suprarregionais para antropólogos socioculturais e arqueólogos no país e em outros países do MERCOSUL, as quais são aqui agrupadas em cinco grandes eixos, segundo o contexto registrado em 2011:

1º) **Licenciamento ambiental.** Diagnóstico, prospecção, monitoramento e salvamento de bens arqueológicos, além de trabalhos de educação patrimonial em áreas direta e indiretamente afetadas pelos impactos socioambientais de hidrelétricas, usinas de álcool, açúcar e co-geração de energia, mineradoras, rodovias, ferrovias e outros tantos tipos de empreendimentos¹⁴. Apenas em Mato Grosso do Sul foram apresentados, desde 2004, mais de 40 pedidos ao IMASUL para instalação de usinas de álcool, açúcar e co-geração de energia elétrica a partir da queima do bagaço da cana-de-açúcar. Houve ainda pedidos para o licenciamento ambiental ou renovação da licença ambiental de rodovias, distritos industriais, PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas), mineradoras (ferro, manganês e calcário na bacia do alto curso do rio Paraguai) e indústrias de papel e celulose (em Três Lagoas e região, na divisa com o estado de São Paulo), dentre outros empreendimentos. Destaca-se ainda a avaliação antropológica dos impactos gerados por projetos desenvolvimentistas sobre povos e comunidades tradicionais, como é o caso da duplicação da Rodovia MS-156 (Dourados-Itaporã) e do Anel Viário de Dourados, no sul do estado (ver EREMITES DE OLIVEIRA, 2010). A simples exigência para o cumprimento da legislação ambiental, algo que tem sido feito pelo MPF em vários estados brasileiros, tem aberto milhares de postos de trabalho para antropólogos socioculturais e arqueólogos no país. No que se refere ao licenciamento ambiental, a Antropologia Sociocultural e a Arqueologia têm mantido diálogos com geógrafos, biólogos, engenheiros ambientais, gestores ambientais, advogados e outros profissionais. Esta realidade atesta o caráter inter, multi e transdisciplinar desses dois campos do conhecimento, bem como uma característica que os aproximam das chamadas ciências sociais aplicadas.

2º) **Órgãos públicos:** Prefeituras municipais, governos estaduais e órgãos federais (FUNAI, INCRA, MPF) têm aberto concurso público para provimento de cargos para antropólogos socioculturais e arqueólogos em várias regiões do território nacional. Os museus municipais, estaduais e federais –

¹⁴ Por *impactos socioambientais* entendo aqui impactos econômicos, ambientais e socioculturais gerados por empreendimentos de natureza diversa sobre o meio ambiente e os seres humanos. Para maiores informações sobre a previsão de impactos e a legislação brasileira relativa ao licenciamento ambiental, ver Müller-PlantenbergeAb'Saber (1998), Mato Grosso do Sul (2004) e Brasil (2007), dentre muitos outros.

cada vez mais crescentes no país – são alguns desses casos, onde têm sido estabelecidas interlocuções com museólogos e outros profissionais. Neste contexto, registra-se que na primeira metade da década de 2000 foi aberto concurso para arqueólogo no governo do estado de Mato Grosso do Sul e não houve inscrição de candidato algum. Situação semelhante ocorreu no IPHAN, e lá muitas das vagas abertas foram preenchidas por profissionais de áreas afins, pois em 2004/2005 não havia arqueólogos disponíveis para todos os estados onde o órgão contava com uma sede regional. Além disso, relativo às políticas públicas para certos grupos sociais, tem sido notado uma crescente procura para o trabalho de antropólogos socioculturais em hospitais, postos de saúde, instituições que trabalham com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade etc. (ver HEILBORN, 2004; KNAUTH, 2004; LANGDON e GARNELO, 2004). Exemplo disso é o que ocorria na FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) em Mato Grosso do Sul e em outros estados da Federação, cujas atribuições junto às comunidades indígenas passaram a ser de responsabilidade da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), criada em 20/08/2010 por meio da Lei nº. 12.314. No tocante a esta questão, a Antropologia Sociocultural tem estabelecido bons diálogos com profissionais da área de saúde, como nutricionistas, médicos, psicólogos, enfermeiros etc., inclusive no âmbito do município de Dourados, onde docentes da UFGD várias vezes foram chamados a ministrar cursos de Antropologia a servidores da FUNASA. E mais: atualmente instituições renomadas e reconhecidas como imprescindíveis à democracia e ao acesso à justiça, como o MPF, apresentam em seu quadro funcional o cargo de antropólogo e arqueólogo, cujos conhecimentos específicos demandados alocam-se estritamente na Antropologia Sociocultural e na Arqueologia. Neste aspecto em particular, cumpre registrar que profissionais à época lotados na FCH/UFGD, ligados ao ETNOLAB (Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história), tinham acumulado significativas experiências na produção de diversos tipos de laudos antropológicos e arqueológicos (ver, p. ex., EREMITES DE OLIVEIRA, 1997, 2007, 2010; EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2007, 2009). Também tinham ministrado minicursos em eventos nacionais e internacionais, com ocorreu na IX RAM – Reunião de Antropologia do MERCOSUL, realizada em junho de 2011 na cidade paranaense de Curitiba¹⁵.

3º) **Setor privado:** Nos campos da Antropologia Sociocultural e, sobretudo, da Arqueologia, são muitas as empresas dedicadas à prestação de consultorias e assessorias científicas, especialmente no âmbito do licenciamento ambiental, embora existam alguns que atuam no subcampo da chamada Antropologia Empresarial. Relativo à Arqueologia, um exemplo desta situação são as dezenas de empresas que existem no país, as maiores sediadas na região Sudeste. Além disso, ao contrário do

¹⁵ Trata-se do mini-curso intitulado *O trabalho etnográfico em perícias antropológicas*, organizado por João Pacheco de Oliveira, com a participação de Jorge Eremites de Oliveira e outros colaboradores (ver <http://www.ram2011.org/> [acessado em 11/11/2011]).

que se pode pensar em um primeiro momento, grandes empresas privadas também têm contratado antropólogos socioculturais por todo o mundo (IBM, Intel, Nokia, Microsoft, Adidas, Coca-Cola, Lego, Electrolux etc.), atuando no estudo sobre o comportamento de consumidores (FARIA, 2009). Isso atesta que a ciência antropológica há muito deixou de ser um estudo sobre “povos primitivos”, vistos como exóticos no Ocidente, que viviam em lugares distantes da “civilização” (PEIRANO, 1999). Significa dizer, portanto, que é na aplicação de conhecimentos para a resolução de problemas reais que a ciência antropológica tem conquistado cada vez mais espaço e reconhecimento dentro e fora da academia no Brasil (cf. VÍCTORA, 2004; SILVA, 2008; SCHUCH, 2010; e muitos outros).

- 4º) **Organizações Não-Governamentais (ONGs):** O chamado *terceiro setor* tem apresentado significativo crescimento em todo o mundo, inclusive no Brasil, e também é considerado um indicador do nível de democratização de uma sociedade nacional moderna. No caso brasileiro, são muitas as ONGs, como o ISA (Instituto Socioambiental – www.socioambiental.org) e o CTI (Centro do Trabalho Indigenista – www.trabalhoindigenista.org.br), que têm antropólogos socioculturais em seus quadros. Mas esses profissionais não são chamados apenas por ONGs que trabalham com grupos etnicamente diferenciados em relação à sociedade nacional. Também são requisitados para atuarem com certos segmentos da sociedade brasileira que merecem atenção especial (moradores de rua, dependentes químicos, mulheres vítimas de violência doméstica, portadores do vírus HIV, idosos etc.).
- 5º) **Educação:** Na área da educação formal, a procura por antropólogos socioculturais e arqueólogos tem sido mais direcionada a profissionais com cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), contratados como docentes em instituições públicas e privadas de ensino superior. Neste caso em especial, com a aprovação desta proposta haveria a imediata conexão institucional e orgânica entre a graduação em Antropologia e o PPGAnt na UFGD. Sobre este assunto, em particular, deve-se considerar o crescente aumento pela procura de mestres e doutores para lecionarem disciplinas com conteúdos de Antropologia Sociocultural em diversos cursos de graduação, como nos de Direito e Ciências Sociais, existentes em todo o território nacional.

Embora as universidades públicas e gratuitas não devam ser reféns das demandas do mercado, há que considerar o fato de muitas delas terem aberto novas graduações com a preocupação, desde o início, com seus egressos e com a procura por seus cursos em processos seletivos. Esta preocupação é compreensível diante dos investimentos públicos recebidos do Estado Brasileiro, especialmente em regiões fora dos grandes centros metropolitanos. Todavia, é a excelência acadêmica que dever ser deliberadamente perseguida por estas instituições. É exatamente por este motivo que as demandas aqui elencadas são apresentadas, haja vista a necessidade de justificar por este aspecto pragmático a viabilidade da graduação

articulada em Antropologia Sociocultural e Arqueologia na UFGD. Ademais, esperava-se que parte dos egressos continuasse sua formação em cursos de mestrado e doutorado, isto é, que o curso de graduação seja apenas o primeiro passo em sua vida acadêmica. Daí compreender a importância dos discentes participarem de estágios, pesquisas acadêmicas, atividades de extensão etc.

Conforme verificado no II Fórum de Coordenadores de Graduação em Arqueologia, realizado em Florianópolis, em 2011, muitos são os cursos de bacharelado que têm mantido uma constante demanda em seus processos seletivos para o ingresso de novas turmas de graduação. Este é o caso do que ocorre na UFPI (Universidade Federal do Piauí), onde a adoção do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) para esta finalidade tem garantido o ingresso de alunos de várias regiões do país ao curso de Arqueologia oferecido pela instituição na capital do estado, Teresina¹⁶.

No caso da UFGD, constatou-se que em 2011 havia uma crescente posição favorável na comunidade universitária para a adoção, parcial ou total, do SISU (Sistema de Seleção Unificada) no processo seletivo para novas turmas de graduação, como já era feito pela UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul). Tal tendência política foi referendada naquele ano pelo conselho universitário, porém à época com a adoção parcial do SISU.

No que se refere ao salário mensal inicial de um graduado em Antropologia Sociocultural e Arqueologia, no setor privado os valores médios variavam entre R\$ 1.200,00 a R\$ 2.500,00, ao menos segundo dados divulgados na Internet até 2011¹⁷. No entanto, devido à falta de arqueólogos no país, não era raro um profissional receber o valor de R\$ 3.000,00 ao mês para trabalhos de gabinete e laboratório. Este montante atingia até uns R\$ 5.000,00 ou mais para trabalhos de campo ligados ao licenciamento ambiental (prospecção e escavação arqueológica, educação patrimonial etc.)¹⁸. No setor público, porém, os valores iniciais eram maiores e podiam chegar a mais de R\$ 5.000,00 ao mês, como ocorria com o salário de antropólogo e arqueólogo no MPF.

Faz-se oportuno ainda salientar que em 12/10/2010, durante a II Jornada de Arqueologia no Cerrado, realizada em Goiânia, na PUC Goiás (Pontifícia Universidade Católica de Goiás), arqueólogos dos

¹⁶ Conforme informação pessoal recebida de Maria Conceição Soares Meneses Lage, em setembro de 2011, durante o XVI Congresso da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira e o XVI Congress of the UISPP – Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques.

¹⁷ Informações sobre o assunto foram acessadas em 11/10/2011 nos seguintes endereços disponíveis na Internet: <http://www.vestibular1.com.br/carreiras/09.htm>; <http://www.cursocerto.com.br/index.php?area=guiaprofissoes&sub=detalhe&idProfissao=4>; <http://profissaoemfoco.blogspot.com/2010/05/profissao-do-dia-arqueologia.html>; <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=1303&textCode=12310&date=currentDate>; <http://www.coladaweb.com/guia-de-profissoes/antropologo>; <http://www.coladaweb.com/guia-de-profissoes/arqueologo>.

¹⁸ Informação pessoal recebida de Ondemar Dias Júnior, fundador e membro do Instituto de Arqueologia Brasileira (<http://www.arqueologia-iab.com.br/2009/>), sediado no Rio de Janeiro, em outubro de 2010, durante a II Jornada de Arqueologia no Cerrado, realizada em Goiânia, na PUC Goiás.

três estados do Centro-Oeste e do Distrito Federal aprovaram por unanimidade a *Carta-Manifesto em Apoio ao Desenvolvimento da Arqueologia em Instituições de Ensino Superior Sediadas na Região Centro-Oeste do Brasil*, com cópia enviada a todos os dirigentes de universidades existentes na região. No referido documento consta a manifestação de apoio ao curso de graduação em Arqueologia da PUC Goiás e, também, a chamada de atenção aos dirigentes de instituições de ensino superior sediadas na região “para a necessidade da criação e estruturação de novos cursos de graduação e programas de pós-graduação para a formação de profissionais de arqueologia na região” (*Carta-Manifesto...*,2010). No entanto, o documento foi desconsiderado no âmbito da UFGD.

**CARTA-MANIFESTO EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA
ARQUEOLOGIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
SEDIADAS NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL.**

Nós, arqueólogas e arqueólogos reunidos no dia 12 de novembro de 2010, na sede da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), nas dependências do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia (IGPA), durante a *II Jornada de Arqueologia no Cerrado* e em reunião para criação da regional Centro-Oeste da Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB), considerando:

- 1) A necessidade urgente de o Estado e da sociedade brasileira promoverem e intensificarem ações voltadas para a proteção, o estudo e a valorização do patrimônio arqueológico, cada vez mais ameaçado e afetado por ações decorrentes de obras de engenharia, projetos desenvolvimentistas e expansão do agronegócio em todo o território nacional;
- 2) A crescente demanda, apresentada por órgãos públicos, organizações não-governamentais e empresas privadas, por profissionais de arqueologia com sólida formação acadêmica para atuarem em diversas frentes de trabalho, sobretudo no que se refere ao licenciamento ambiental, à educação superior e à preservação e valorização do patrimônio cultural;
- 3) A expressiva quantidade, diversidade e relevância científica, histórica e sociocultural dos sítios arqueológicos existentes na região Centro-Oeste do Brasil, onde existem importantes biomas sul-americanos, como o Cerrado, o Pantanal e a Amazônia, nos quais ocorrem milhares de sítios arqueológicos associados a coletividades humanas pretéritas e contemporâneas;

Manifestamos apoio ao curso de graduação em Arqueologia oferecido pela PUC Goiás, e chamamos à atenção dos dirigentes das Instituições de Ensino Superior sediadas no Centro-Oeste para a necessidade da criação e estruturação de novos cursos de graduação e programas de pós-graduação para a formação de profissionais de arqueologia na região, bem como à constituição e funcionamento de laboratórios, núcleos e institutos de pesquisa, e museus ligados ao estudo, à socialização de saberes e à valorização do patrimônio arqueológico nacional.

Goiânia, 12 de novembro de 2010.

(Aqui há muitas assinaturas manuscritas em azul e alguns nomes legíveis como: Rafael Simon de Souza, A. Vassini, Aracelis de Almeida, Carlos Murilo, Rogério Lopes, Gabriel, Fábio, Roberto, João, Paulo, Sérgio, Ricardo, etc.)

Figura 04: Carta-Manifesto em apoio ao desenvolvimento da Arqueologia nas Instituições de Ensino Superior sediadas na região Centro-Oeste do Brasil, com data de 12 de novembro de 2010.

CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

O bacharelado em Antropologia, articulado nos campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia, teria duração mínima de 4 anos e máxima de 7 anos. Exigiria dedicação parcial dos alunos, a saber: de segunda a sexta-feira no período matutino, vespertino ou noturno, conforme decidido institucionalmente, e sábado nos períodos matutino e vespertino. Poderia ter uma oferta inicial de até 50 vagas por ano. Uma proposta deste nível segue tendências nacionais de aglutinar os campos clássicos da Antropologia, como se verifica no próprio comitê da área de Antropologia/Arqueologia da CAPES (STEIL e FAUSTO, 2009; MARTINS, 2005) e nas graduações em Antropologia da UFMG e UFPel (BEZERRA, 2008; VARGAS, 2009; FERREIRA e CERQUEIRA, 2009; REITH, 2010; CARLE, 2011; ISNARDIS, 2011).

No caso em tela, a proposta era de haver apenas uma entrada por processo seletivo, sem escolha antecipada por uma ou outra formação específica. Apenas no quarto semestre do curso haveria a escolha prévia por um dos dois campos, Antropologia Sociocultural ou Arqueologia. Eis um exemplo de como poderá ser a caracterização do curso:

- A) Denominação: Bacharelado em Antropologia.
- B) Modalidade: Presencial.
- C) Titulação conferida: “Bacharel em Antropologia, linha de formação em Antropologia Sociocultural” ou “Bacharel em Antropologia, linha de formação em Arqueologia”, como ocorre em outras universidades brasileiras. Esta questão seria definida institucionalmente e de acordo com as normas estabelecidas pelo MEC e adotadas na UFGD.
- D) Duração: mínima de 8 semestres e máxima de 14 semestres.
- E) Carga horária total: em torno de 3.000 horas relativas aos créditos mínimos e cerca de 400 horas de atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão sem a geração de créditos.
- F) Turno: um turno (manhã, tarde ou noite) de segunda a sexta-feira e os dois turnos do período diurno (manhã e tarde) aos sábados.
- G) Regime acadêmico: semestral.
- H) Número de vagas oferecidas anualmente: até 50 vagas.
- I) Forma de ingresso: processo de seleção adotado pela UFGD e outras formas estabelecidas institucionalmente, preferencialmente o SISU.

Na hipótese de a UFGD encontrar dificuldades para credenciar junto ao MEC um curso com essas características – embora isso não tenha sido impeditivo para outras universidades que adotaram este modelo de graduação –, a solução encontrada seria a seguinte: criar dois bacharelados presenciais, um em

Antropologia Sociocultural e outro em Arqueologia, com uma única entrada e igual formação em conjunto por quatro semestres. Somente depois disso haveria o desmembramento em duas graduações ou cursos, em conformidade com a proposta aqui apresentada. Esta situação hipotética, aliás, foi deturpada e usada como argumento contrário à proposta, assim feito por representantes do *establishment* universitário em reuniões para tratar do assunto. Um dos mais fervorosos membros do grupo chegou inclusive a argumentar, em 2012, sem qualquer conhecimento de causa, porém com o poder da fala autorizada, que um curso assim seria inviável. Disso resultou na deliberação por indicar a possibilidade de criação do curso somente para 2017, mas sem a formação em Arqueologia. Como na época estava em processo de redistribuição para a UFPel, cuja decisão também se deu por conta desses embates, não fui àquela reunião e permaneci em silêncio. Assim o fiz na expectativa que outros colegas do PPGAnt tomassem a iniciativa de promover a defesa do projeto, embora avaliasse que a proposta original seria derrotada.

Outra questão explicada, em antecipação a inevitáveis polêmicas internas com sociólogos e cientistas políticos, diz respeito à relação de um bacharelado em Antropologia com o curso de Ciências Sociais da FCH, à época com o bacharelado, criado em 2006, e a licenciatura, aberta posteriormente.

Sobre este assunto, vale a pena explicar que os mais antigos cursos de Ciências Sociais teriam surgido formalmente a partir da década de 1930 no Brasil (FIORELLI SILVA, 2010). Este teria sido o caso do curso criado na USP (Universidade de São Paulo), a mais antiga universidade do país, cuja graduação também recebeu influências de ideias difundidas por membros da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada em 1933 e reestruturada a partir de 1999. Todavia, o fato é que os primeiros cursos de Ciências Sociais nasceram em um contexto político marcado por um vigoroso pensamento social que os antecede em várias regiões do país, com repercussões em muitos estudos, articulações internacionais e vinculação a movimentos no âmbito das dinâmicas da sociedade brasileira. Neste cenário, antropólogos também tiveram destacada participação (PACHECO DE OLIVEIRA, 2010).

No caso paulista, a perspectiva inicial estaria ligada à constituição de uma *Intelligentia*, criada a partir de uma formação ampla em ciências humanas e sociais, na qual a Sociologia era percebida como o “carro-chefe” (FERNANDES, 1976; MICELI, 1989; MARTINS, 1998; FIORELLI SILVA, 2010; dentre muitos outros)¹⁹. Posteriormente, esse modelo foi difundido – para mais ou para menos – a outras instituições de ensino superior e chegou a abranger quatro áreas (Antropologia, Ciência Política, Economia e Sociologia). Hoje em dia, contudo, segue sem a Economia e apresenta certa tendência nacional pela busca da autonomia e formação específica para cada uma dessas áreas, especialmente a Antropologia. Não por menos, portanto, a UnB (Universidade de Brasília), que tinha uma única graduação em Ciências Sociais, à época contava com outra em Ciência Política e havia desejos sobre a possibilidade da abertura de um curso de Antropologia,

¹⁹ Ver também “Ciências Sociais” em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ci%C3%A7ncias_sociais (acessado em 10/10/2011).

segundo informações obtidas durante a 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 2010, na cidade de Belém, Pará.

Quando os cursos de Ciências Sociais foram implantados no país, a preocupação maior parece ter sido para a formação de profissionais que se dedicariam à pesquisa e à educação formal. Mais recentemente, demandas foram oficializadas para o Ensino Médio, as quais recaíram – ainda que sob o descontentamento de antropólogos e cientistas políticos – para a disciplina de Sociologia, conforme estabelece a Lei nº. 11.684, de 2 de junho de 2008.

Vários foram os novos cursos de Antropologia criados e em vias de implantação a partir desta tendência verificada no cenário nacional, cujo assunto foi objeto de discussões em 2005, durante a 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Goiânia, e em anos seguintes. Esta tendência atende, pois, a demandas oriundas da forma de estruturação atual das instituições existentes no país, tanto públicas quanto privadas, bem como da própria organização da população nacional e dos espaços conquistados pela Antropologia Sociocultural e Arqueologia nas últimas décadas.

No caso da UFGD, a exemplo do que ocorreu em outras universidades, a proposta não teve o objetivo de inviabilizar o curso de Ciências Sociais, pelo contrário, mas de atender a demandas mais específicas que emergiram nas últimas décadas. Além disso, a ideia central era aprofundar o papel estratégico da instituição em uma região radicalmente multiétnica e multicultural. Isso porque a proposta não foi de a Antropologia Sociocultural deixar de ser membro dessa graduação. A ideia era outra: que fosse uma nova opção de curso de graduação dentro do projeto de expansão da UFGD até a década de 2020, cuja proposta foi ao encontro de tendências nacionais inauguradas desde a década de 1990.

Ademais, foi apontada a possibilidade de buscar entendimentos para que disciplinas em comum nos dois cursos pudessem ser ministradas conjuntamente, tanto as de Antropologia Sociocultural quanto as de Sociologia nas duas graduações. Com isso haveria a maximização dos recursos humanos disponíveis na UFGD, conforme acontecia em outras universidades brasileiras.

Acrescenta-se a isso a relevância da formação de professores graduados no curso de licenciatura em Ciências Sociais, os quais também atendem a demandas para lecionar a disciplina de Sociologia no ensino médio. Registra-se, ainda, que os bacharéis em Ciências Sociais são reconhecidos legalmente como sociólogos, em atenção ao que determina a Lei nº. 6.888, de 10 de dezembro de 1980, mas não reconhecidos como antropólogos pela ABA (Associação Brasileira de Antropologia), tampouco como arqueólogos pela SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira), ou por alguma lei em vigor no país.

Infelizmente, os argumentos apresentados também não receberam a devida atenção, sobretudo diante de relações políticas e de parentesco que empoderam certas vozes contrárias a este projeto e favoráveis à hegemonia da Sociologia nas Ciências Sociais. Não havia, pois, uma situação de autorização para

propor um curso de Antropologia desse tipo na UFGD. Uma eventual autorização deveria ser expedida pelo *establishment* universitário, a partir de práticas que caracterizavam seu *modus operandi*, conforme apontado à época a partir de uma observação direta feita sobre o grupo:

O grupo usa de vários mecanismos burocráticos e legais para manter-se no poder: 1) assoberba servidores com mais e mais trabalhos ligados ao funcionamento de uma instituição administrativamente pesada, ao invés de torná-la mais leve para favorecer as atividades fins de ensino, pesquisa e extensão; 2) promove o patrulhamento ideológico contra vozes discordantes, não raramente rotuladas de reacionárias, conservadoras, oposicionistas e de direita; 3) cerceia o pensamento crítico quanto às suas ações político-administrativas, imprescindível para o desenvolvimento institucional e a democracia interna; 4) faz acordos para beneficiar aliados políticos, inclusive pessoas oportunistas e carreiristas, criando uma espécie de hipossuficiência política aos não aliados; 5) promove a cooptação de associações e sindicatos de trabalhadores e entidades estudantis, sobretudo de certos dirigentes; 6) exalta a instituição como “a melhor universidade de Mato Grosso do Sul”, denotando ausência de humildade e contradição em relação a dados publicados sobre a graduação e pós-graduação no país; 7) apoia candidato próprio a pleitos eleitorais no município, prova que seu projeto de hegemonia é extramuros; etc. Isso tudo atesta, portanto, que o “establishment” pratica violência social e política para atingir seus propósitos, observada em relações sociais assimétricas que impedem o reconhecimento das vozes discordantes como sujeitos (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012b, p.1).

No que se refere às necessidades de contratação de novos professores e investimentos em infraestrutura e equipamentos, a criação do bacharelado em Antropologia traria novas necessidades para a universidade. Algumas delas foram apresentadas na proposta:

- 1ª) **Contratação de docentes para atendimento das novas demandas para ensino de graduação:** o ideal seria algo como pelo menos 4 antropólogos socioculturais, 4 arqueólogos, 1 antropólogo físico, 1 antropólogo linguista e 1 museólogo. Tais contratações deveriam ser graduais durante os quatro primeiros anos de funcionamento do curso.
- 2ª) **Contratação de técnico de nível superior para atuar no ETNOLAB:** profissional com formação em Arqueologia para atender aos trabalhos desenvolvidos junto ao ETNOLAB, inclusive aulas de laboratório voltadas a estudantes de graduação.
- 3ª) **Aquisição de equipamentos para aulas de laboratório e de campo em Arqueologia e Antropologia Física:** 15 lupas binoculares; 1 estação total; 15 aparelhos GPS (Global Position System); 1 aparelho GPR (**Ground Penetrating Radar**) ou outro equipamento semelhante; equipamentos para escavação arqueológica; 4 notebooks; 10 bússolas tipo *bruton*; 10 paquímetros; 4 clinômetros de bolso; 4 máquinas fotográficas digitais com lente cambiável; 15 gravadores digitais; 3 filmadoras digitais; 10 microcomputadores de mesa, sendo dois deles com escâneres de mesa; 1 impressora multifuncional para uso coletivo; etc. Tais equipamentos também poderiam ser de uso compartilhado com outras áreas, como acontece entre os programas de pós-graduação na FCH. Demais necessidades para aquisição de equipamentos seriam elencadas com a participação dos novos docentes contratados pela UFGD, em conformidade com o projeto pedagógico do curso.

4ª) **Adequação e ampliação da estrutura física do ETNOLAB (Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história):** trata-se de uma necessidade para aulas de laboratório nos campos da Arqueologia e Antropologia Física, com uma ampliação mínima em 100m².

5ª) **Investimentos financeiros:** recursos bianuais na ordem de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais) para a constituição de um *sítio-escola*, isto é, de aulas práticas durante a escavação de sítios arqueológicos.

Ademais, a graduação aqui proposta também disponibilizaria da infraestrutura existente para o ETNOLAB, bem como o estabelecimento de parcerias com o curso de Geografia, especialmente no que se refere às interfaces entre Arqueologia e Geografia Física. Requereria ainda investimentos para a ampliação do acervo bibliográfico disponível na biblioteca central da universidade.

Segue um quadro com sugestão de cronograma para a implantação do curso de Antropologia, articulado nos campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia.

Ano	Contratação de Docentes e técnico de nível superior	Adequação e ampliação do ETNOLAB	Aquisição de Equipamentos e Livros
1º	2 antropólogos socioculturais; 1 antropólogo físico; 1 antropólogo linguista; 2 arqueólogos.		Ampliação do acervo bibliográfico para os campos de Antropologia Sociocultural e Arqueologia na biblioteca central da UFGD, o que demandará em investimentos contínuos e anuais desde a abertura do curso.
2º	1 antropólogo sociocultural; 1 arqueólogo; 1 museólogo; 1 arqueólogo para atuar como técnico de nível superior no ETNOLAB.	Adequação e ampliação da estrutura física do ETNOLAB para aulas de laboratório nos campos da Arqueologia e Antropologia Física, com uma ampliação mínima em 100m ² .	15 lupas binoculares; 1 estação total; 15 aparelhos GPS; Equipamentos para escavação arqueológica (peneiras, colheres de pedreiro, pincéis, sacos plásticos, baldes etc.); 2 notebooks; 5 bússolas tipo <i>bruton</i> ; 5 paquímetros digitais; 2 clinômetros de bolso; 2 máquinas fotográficas digitais com lente cambiável; 8 gravadores digitais;

			2 filmadoras digitais; 5 microcomputadores de mesa; 2 escâneres de mesa; 1 impressora multifuncional para uso coletivo.
3º	1 antropólogo sociocultural; 1 arqueólogo.	Realização de sítio-escola.	2 notebooks; 5 bússolas tipo <i>bruton</i> ; 2 clinômetros de bolso; 2 máquinas fotográficas digitais com lente cambiável; 5 paquímetros digitais; 5 microcomputadores de mesa; 7 gravadores digitais; 1 aparelho GPR (Ground Penetrating Radar) ou outro equipamento semelhante ; 1 filmadora digital. Obs.: investimento na ordem de R\$ 50.000,00 em equipamentos a serem indicados pelos novos docentes do curso.
4º		Realização de sítio-escola e estágio profissionalizante.	

Tabela 01: Sugestão de cronograma de implantação e investimentos na graduação em Antropologia, articulada nos campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia.

A julgar pelo apoio que a UFGD vinha recebendo do governo federal nos últimos anos, a presente proposta teria boas chances de obter os investimentos necessários para sua viabilidade, os quais deveriam ser vistos como estratégicos e oportunos para o desenvolvimento sócio-econômico da região onde está inserida.

A graduação em Antropologia ainda poderia ter um importante protagonismo no que se refere à captação de recursos para sua estruturação e funcionamento. Isso poderia ser feito mediante o acionamento de convênios de cooperação que a UFGD mantém com outras instituições, bem como através da prestação de serviços a órgãos públicos e privados. Tais serviços poderiam ser desenvolvidos por meio da FUNAEPE (Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão da UFGD), credenciada pela Portaria Conjunta

SESU/MEC nº. 712, de 26 de maio de 2009, e em conformidade com as normas institucionais estabelecidas sobre o assunto.

Significa dizer que a ideia não era que o curso de graduação em Antropologia fosse voltado para a prestação de serviços a órgãos públicos e empresas privadas, mas que pudesse utilizar desta estratégia para captar recursos e produzir novos conhecimentos, orientados pelo rigor científico, ética, compromisso social, excelência acadêmica e postura crítica frente aos contratos.

Relativo ao início do curso, a implantação da graduação poderia ocorrer rapidamente a depender de entendimentos para a contratação de novos docentes e para a viabilidade de outras necessidades elencadas. Com o corpo docente e infraestrutura disponíveis à época, avaliei que haveria condições objetivas para iniciar a graduação em 2013, através de processo seletivo a ser feito em 2012, ou em outra data próxima a ser acordada, mantendo seu funcionamento por até um ano sem comprometer outras atividades existentes na instituição.

Ademais, haja vista as experiências bem sucedidas acumuladas no PPGAnt, esta proposta chama ainda a atenção para a intensificação, no campo teórico e empírico, das cooperações mantidas entre antropólogos socioculturais, arqueólogos e profissionais de áreas afins, notadamente dos campos de Direito, Educação, Geografia e História na UFGD. Tais cooperações poderiam ainda ser ampliadas para outros campos afins, como a Psicologia e as Relações Internacionais. Para isso bastaria haver entendimentos, articulações e ações que se fizessem necessárias para o desenvolvimento de atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão. Exemplo: assim como docentes da FADIR (Faculdade de Direito e Relações Internacionais) colaboram organicamente com o PPGAnt na FCH, docentes de uma graduação em Antropologia poderiam cooperar, em reciprocidade, para a criação e estruturação de um Programa de Pós-Graduação em Direito naquela Unidade. Com isso, o ganho imediato seria para a universidade e para a população da região onde está inserida, inclusive com a ruptura de eventuais fronteiras construídas entre esses campos do saber e o aprofundando das interfaces existentes entre alguns deles.

Apesar de haver no país três experiências que vão ao encontro da proposta aqui apresentada, a implantação na UFGD da graduação em Antropologia se daria em observação às realidades regionais e suprarregionais, à missão institucional da universidade e às experiências acumuladas por antropólogos socioculturais e arqueólogos em Mato Grosso do Sul. Sua identidade – a ser construída coletivamente – estaria pautada pelo respeito, defesa e valorização da sociodiversidade (étnica, cultural, política, religiosa, sexual etc.), ao apoio à autonomia dos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, imigrantes etc.) e à construção de uma democracia na qual a cidadania seja percebida como forma de se fazer “sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada” (Demo, 1995, p. 1). Isso

ocorreria por meio de uma sólida formação teórica e técnico-científica, aliada à ética e ao compromisso social, algo que deveria seguir – volto a repetir – orientações voltadas para a excelência acadêmica.

No âmbito brasileiro e internacional são muitos os exemplos de antropólogos socioculturais e arqueólogos engajados nesta perspectiva (CARVALHO *et al.*, 2009), cuja relação de nomes não caberia neste artigo. E mesmo que o quisesse e tentasse fazer, certamente cometeria a indelicadeza de não mencionar muitos protagonistas dessa exitosa história.

Apenas para fazer uma pequena e necessária digressão reflexiva a respeito do perfil de uma graduação deste tipo em Mato Grosso do Sul, penso que a originalidade da proposta estaria no investimento em eixos de formação comum entre os campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia. Um desses eixos seria a preocupação crucial com o tema território, em atenção, inclusive, às relações sociais observáveis em artefatos, paisagens humanizadas e todo tipo de evidência material relativa à presença humana em espaços construídos social e culturalmente em historicidades particulares. O curso estaria, portanto, também voltado à preparação dos graduandos para trabalhos aplicados, como a produção de laudos e processos de patrimonialização. Esta preocupação está ausente ou são secundárias em certas graduações em Antropologia, muitas vezes concebidas a partir de um olhar metropolitano sobre modelos supostamente universalistas, por vezes importados acriticamente de países situados no Norte do globo. Uma proposta assim poderia até mesmo atender a demandas regionais e suprarregionais, e atrair estudantes de muitas regiões do Brasil e países vizinhos para a UFGD.

O curso proposto ainda poderia contribuir para a formação de arqueólogos indígenas, algo que – salvo engano – não existia em nenhum país da América Latina. Trata-se, no entanto, de uma preocupação crescente para muitos profissionais da área ao redor do mundo, engajados em ações voltadas para a autonomia dos povos originários, como é o caso de membros do WAC (World Archaeological Congress) (UCKO, 1987)²⁰. Estaria aqui, portanto, mais um eixo do perfil inovador para o curso de Antropologia, sobremaneira para o campo da Arqueologia. Igual preocupação poderia ser estendida para a formação de antropólogos indígenas, algo que já acontece no Brasil e em muitos países das Américas. Para um propósito assim, seria bem-vinda a adoção de cotas étnicorraciais ao processo seletivo da UFGD, fortalecida com políticas de permanência a estudantes com baixa renda financeira.

Além disso, a Arqueologia Pública, modalidade ligada à relação da Arqueologia com o público em geral, poderia contribuir para a preservação e a valorização do patrimônio cultural material existente no estado e adjacências. Também poderia servir para a desconstrução de estereótipos colonialistas e preconceitos étnicorraciais existentes sobre povos e comunidades tradicionais, os quais perpetuam situações de dominação e violação de direitos que marcam o colonialismo na região e em outras partes do

²⁰ Ver <http://www.worldarchaeologicalcongress.org/>.

Brasil e das Américas (GONZÁLEZ CASANOVA, 1963, 2006; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1978 [1966]; EREMITES DE OLIVEIRA, 2005; EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2010).

Enfim, o que propus na UFGD – e aqui apresento novamente – não é algo inatingível ou inexecutável no contexto brasileiro e institucional, pelo contrário. Trata-se da apresentação de um conjunto de ideias que vão ao encontro de reflexões individuais e coletivas iniciadas anos atrás. Estão voltadas para a implantação de um inovador curso de graduação em Antropologia na UFGD, estratégica e solidamente articulado nos campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia.

CONCLUSÃO

As reflexões aqui propostas estão em consonância com a constatação de que nas últimas décadas houve um expressivo desenvolvimento da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia no Brasil. Esta situação também decorre, dentre outros fatores, do aumento da demanda por profissionais oriundos desses dois campos da Antropologia, em um contexto sócio-histórico e político marcado pelo fim do regime militar (1964-1985) e a retomada do processo de (re) democratização do país. Exemplo disso é a recente realização de concursos em órgãos do Estado Brasileiro (FUNAI, MPF, IPHAN, universidades, prefeituras municipais, governos estaduais etc.), com vistas a atender demandas das mais variadas.

Neste sentido, as discussões sobre a ampliação do número de cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu* na UFGD deveriam ser feitas, pois, no campo das ideias e de maneira transparente e democrática, com o devido tempo para o amadurecimento das propostas e a tomada de decisões. Este foi o tom inicial e formal dos debates ocorridos na tarde do dia 06/10/2011, no anfiteatro da Unidade II da UFGD, ocasião em o reitor da Instituição (re) inaugurou a *Pauta para discussão sobre expansão e avaliação acadêmica da UFGD*. Dela constava o item de nº. 7, relativo à “Organização dos cursos com duas ou mais habilitações/graus”. O mesmo tom cordial prevaleceu nas discussões realizadas na manhã do dia 04/11/2011, quando o referido reitor discutiu o assunto com membros da comunidade universitária. No entanto, não foi isso o observado nos posteriores debates sobre o assunto na FCH, cujos desdobramentos foram outros.

Decisões desse nível deveriam ser tomadas a partir do exame criterioso de propostas formuladas com consistência, resultado de profícuos, profundos, sérios e abertos debates sobre o assunto, com ampla participação de docentes, discentes e técnicos administrativos. Foi com este propósito que o presente estudo foi elaborado e apresentado inicialmente à comunidade universitária da UFGD. Para isso, a instituição tinha mantido o princípio de assegurar um amplo debate sobre seu futuro, inclusive com segmentos da sociedade organizada e talvez até a contar com eventuais consultorias *ad hoc* que se fizessem necessárias. Na prática, contudo, isso não aconteceu. Se fosse dessa maneira, tornar-se-ia cada vez mais

uma universidade democrática e determinante para o desenvolvimento econômico e social da região onde está inserida, o estado de Mato Grosso do Sul, e para o próprio MERCOSUL.

No caso específico desta proposta de criação da graduação em Antropologia, articulada em torno da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia, defendo a tese de que ela ainda é viável, oportuna e estratégica para a consolidação e aprofundamento do projeto institucional da UFGD e para o desenvolvimento sócio-econômico da região onde está inserida. Poderia até ser encampada por uma ou mais faculdades existentes na instituição, notadamente a Faculdade de Ciências Humanas (FCH), a Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR) e até mesmo a Faculdade Intercultural Indígena (FAIND). Neste caso, as discussões sobre o papel estratégico da UFGD e seu projeto institucional deveriam prevalecer sobre posições aereacentristas e provincianas de todo tipo, as quais dificultam o aprofundamento dos debates no campo das ideias.

No mais, à época o autor do presente artigo e a Coordenadoria do PPGAnt colocaram-se à disposição da comunidade universitária da UFGD, bem como de outras instituições, para os esclarecimentos e discussões que se fizerem necessárias sobre a presente proposta, os quais não lhes foram apresentados formalmente.

Por fim, o projeto original terminou por não ser aprovado internamente, motivo pelo qual a Arqueologia havia sido relegada, na melhor das hipóteses, a um papel de menor importância na instituição. A decisão tomada também prejudica a consolidação e o crescimento do próprio PPGAnt, dificultando a (re) aproximação entre os campos da Antropologia Sociocultural e da Arqueologia na universidade. Diante deste cenário, restou-me pedir redistribuição para outra universidade federal, onde pudesse continuar a trabalhar como antropólogo sociocultural e arqueólogo.

Com este texto, portanto, respondo aqui, de maneira objetiva e sucinta, o que muitos colegas têm me perguntado ao longo do ano de 2013 e até em meados de 2014, a respeito dos motivos que me levaram, como docente e pesquisador natural de Mato Grosso do Sul, a ir trabalhar em outra instituição federal de ensino superior, situada em outra unidade da Federação.

AGRADECIMENTOS

Registro aqui meus sinceros agradecimentos aos colegas que comigo promoveram reflexões sobre o tema aqui tratado, especialmente os que leram a primeira versão do texto e fizeram críticas e sugestões de grande pertinência para seu amadurecimento. Sem a contribuição deles este artigo não poderia ter sido concluído no presente momento e da forma como foi apresentado ao grande público. Por ordem alfabética, são eles: Andrés Zarankin (UFMG), Arthur Henrique Franco Barcelos (FURG), Cláudio Baptista Carle (UFPe), João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UF RJ), Lúcio Menezes Ferreira (UFPe), Marcia Bezerra (UFPA), Pedro Ignacio Schmitz (UNISINOS), Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP) e Tania Andrade Lima (Museu Nacional/UF RJ). Somam-se a isso as contribuições apresentadas por colegas da própria UFGD, especialmente do PPGAnt. Não obstante às contribuições recebidas, devo dizer que as ideias que constam no presente artigo são de minha inteira responsabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÂNGELO, C. *Com pouco controle, a arqueologia vive uma explosão no Brasil*. 2011. Disponível em http://nace.com.br/clipping.asp?id_pub=5812&sec=. Acesso em 26/09/2011.
- ARQUEÓLOGOS estão em falta no mercado depois do PAC. *Folha de S. Paulo*, 14/08/2011. Disponível em <http://www.intercidadania.com.br/noticia.kmf?noticia=12258226&canal=52&total=34388&indice=0>. Acesso em 26/09/2011.
- BALÉE, W. The four-field model of Anthropology in the United States. *Amazônica, Revista de Antropologia*, Belém, n. 1, v. 1, p. 28-53, 2009.
- BARBOSA, M.F. O curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), campus de São Raimundo Nonato, PI. *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 19-20, 2011.
- BEZERRA, M. Bicho de Nove Cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, n. 21, v. 2, p. 139-154, 2008.
- BOAS, F. *Antropologia cultural*. Tradução de Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRASIL – Tribunal de Constas da União. *Cartilha de licenciamento ambiental*. Com colaboração do IBAMA. 2ª ed. Brasília: TCU/4ª Secretaria de Controle Externo, 2007.
- CABRAL, J.P. Uma história de sucesso: a antropologia brasileira vista de longe. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa/ABA, 2004, p. 249-265.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. A noção de “colonialismo interno” na etnologia. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *A sociologia do Brasil Indígena*. Brasília: Editora UNB, 1978 [1966], p.75-82.
- CARLE, C. B. Curso de Arqueologia da Universidade Federal Pelotas – UFPel. *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 20-22, 2011.
- CARVALHO, A. V. et al. *Arqueologia, Direito e Democracia*. Erechim-RS: Habilis, 2009.
- CARTA-MANIFESTO em Apoio ao Desenvolvimento da Arqueologia em Instituições de Ensino Superior Sediadas na Região Centro-Oeste do Brasil. Goiânia, 2010.
- A CONVENÇÃO 169 da OIT no Brasil. Disponível em: <http://goo.gl/IFSkRM>. Acesso em 26/09/2011.
- DA MATTA, R. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- DEMO, P. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. A Hidrovia Paraguai-Paraná e o patrimônio arqueológico brasileiro: denúncia de um caso de “sofisma”. *Fronteiras*, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 47-64, 1997.

- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Por uma arqueologia socialmente engajada: arqueologia pública, universidade pública e cidadania. In: FUNARI, Pedro Paulo A. et al. (Org.). *Identidades, discurso e poder: ensaios em arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005, p. 117-132.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowa da Terra Indígena Sucuri'y. *Cultura e Sociedade*, Goiânia, n. 10, v. 1, p. 95-113, 2007.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Sobre a necessidade do trabalho antropológico para o licenciamento ambiental: avaliação dos impactos socioambientais gerados a partir da pavimentação asfáltica da Rodovia MS-384 sobre a comunidade Kaiowa de Ñande Ru Marangatu. *História em Reflexão*, Dourados, v. 4, n. 7, p. 1-24, 2010.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. A melhor universidade de Mato Grosso do Sul. *Douranews*, Dourados. 08/05/2011. Disponível em <http://www.douranews.com.br/opiniaio/item/16555-%E2%80%9Ca-melhor-universidade-de-mato-grosso-do-sul%E2%80%9D>. Acesso em 25/09/2011.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Democracia e liberdade de expressão no Brasil. *Campo Grande News*, Campo Grande, 17/11/2012a. Disponível em <http://www.campograndenews.com.br/artigos/democracia-e-liberdade-de-expressao-no-brasil>. Acesso em 19/09/2013.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Um “establishment” universitário na UFGD. *Campo Grande News*, Campo Grande, 18/10/2012b. Disponível em <http://www.campograndenews.com.br/artigos/um-establishment-universitario-na-ufgd>. Acesso em 19/09/2013.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Pra não dizer que não falei (mais) do “establishment”. *Campo Grande News*, Campo Grande. 30/10/2012c. Disponível em [http://www.campograndenews.com.br/artigos/pr-nao-dizer-que-nao-falei-\(mais\)-do-establishment](http://www.campograndenews.com.br/artigos/pr-nao-dizer-que-nao-falei-(mais)-do-establishment). Acesso em 19/09/2013.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. O uso da arqueologia para a produção de laudos antropológicos sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil. *Tellus*, Campo Grande, n. 12, v. 22, p. 27-48, 2012d.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J; PEREIRA, Levi M. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação de limites da Terra Indígena Buriti. *História em Reflexão*, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2007.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J; PEREIRA, Levi M. *Ñande Ru Marangatu: laudo pericial sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora UFGD, 2009.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J; PEREIRA, Levi M. Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas. In: AGUIAR, R. L. S. et al. (Org.). *Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação*. Dourados: Editora UFGD, 2010, p. 185-208.

- EREMITES DE OLIVEIRA, J; PEREIRA, L. M. *Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora UFGD, 2012.
- ERIKSEN, T. H.; NIELSEN, F. S. *História da Antropologia*. Tradução de Euclides Luiz Calloni. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FARIA, A. R. Antropólogos, a arma secreta das empresas. *Público – Suplemento da Revista Economia*, Lisboa, 17/04/2009, 6p.
- FERNANDES, F. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- FERREIRA, L. M.; CERQUEIRA, Fábio V. A Graduação em Arqueologia na UFPel: um currículo na interface entre Arqueologia e Antropologia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 19, p. 79-86, 2009.
- FIORELLI SILVA, I.L.. O ensino de Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury César (Coord.). *Sociologia: Ensino Médio*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, p. 15-44, 2010. (Coleção Explorando o Ensino, 15)
- FUNARI, P.P.A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, n. 27, v. 2, p. 13-28, 2008.
- FUNARI, P.P.A. et al. Apresentação. In: FUNARI, FUNARI, P.P.A. et al. (Org.). *Identidades, discurso e poder: ensaios em arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005, p. 9-10.
- GINGRICH, A. The German-Speaking Countries. Ruptures, Schools, and Nontraditions: Reassessing the History of Sociocultural Anthropology in Germany. In: BARTH, F. et al. *One discipline, four ways: British, German, French, and American Anthropology*. With a foreword by Chris Hann. Chicago: The University of Chicago Press, 2005, p. 59-153.
- GONZÁLEZ CASANOVA, P. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. *América Latina. Revista del Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales*, México DF, n. 6, v. 3, p. 15-32, 1963.
- GONZÁLEZ CASANOVA, P. Colonialismo interno (umaredefinição). In: BORON, Atílio A. et al. (Org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 395-419.
- GOMES, M. P. *Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura*. São Paulo: Contexto, 2008.
- HEILBORN, M.L. Antropologia e saúde: considerações étnicas e conciliação multidisciplinar. In: VICTORA, Ceres et al. (Org.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA/Editora UFF, 2004, p. 57-64.
- ISNARDIS, A. Arqueologia com Antropologia / Antropologia com Arqueologia: o curso de graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 8-10, 2011.

- KNAUTH, D. Implicações éticas da pesquisa antropológica: uma reflexão a partir do caso da Aids. In: VICTORA, Ceres et al. (Org.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA/Editora UFF, 2004, p. 131-150.
- LANGDON, E.J.; GARNELO, Luiza. *Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa*. Rio de Janeiro: Contra Capa/ABA, 2004.
- LARAIA, R. B. *Cultura, um conceito antropológico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- MATO GROSSO DO SUL – Secretaria de Estado de Meio Ambiente. *Manual de Licenciamento Ambiental*. Versão 2. Campo Grande: SEMA/Instituto de Meio Ambiente Pantanal, 2004.
- MARTINS, C.B. (Org.). *Para onde vai a pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005.
- MARTINS, J.S. *Florestan: Sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp/FAPESP, 1998.
- MICELI, S. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IDESP, 1989.
- MOURA, M.M. *Nascimento da Antropologia Cultural: a obra de Franz Boas*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MÜLLER-PLANTENBERG, C.; AB’SABER, A. N. (Org.). *Previsão de impactos. O Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul: experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha*. São Paulo: Edusp, 1998.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia. In: LANGDON, Esther Jean; GARNELO, Luiza. *Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa*. Rio de Janeiro: Contra Capa/ABA, 2004, p. 9-32.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. Dos museus para as pós-graduações: Iniciada com as expedições científicas a antropologia no Brasil se especializou no contexto universitário. *Revista de História*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 63, Edição Especial “História da Ciência” 2, p. 70-73, 2010.
- PEIRANO, M.G. S. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). Volume 1 – Antropologia*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999, p. 225-266.
- PENIN, A. et al. O Curso de Bacharelado em Arqueologia na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 23-26, 2011.
- PIERRO, B. *PAC impulsiona arqueologia no país*. 2011. Disponível em <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/pac-impulsiona-arqueologia-no-pais>. Acesso em 26/09/2011.
- PY-DANIEL, A.R. O Curso Superior de Tecnologia em Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 10-13, 2011.
- ROMANELLI, C. Caçadores de artefatos perdidos: pesquisas arqueológicas aumentam com estudos de impacto ambiental, mas cerca de 90% do material ainda é destruído. *Revista de História da Biblioteca*

- Nacional*, Rio de Janeiro, n. 61, 2010. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/cacadores-de-artefatos-perdidos>. Acesso em 15/10/2011.
- REITH, F.M. S. (Coord.). *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Antropologia*. Pelotas: UFPel, 2010. (não publicado)
- SCABELLO, A. L. M.; FERNANDES DA SILVA, A.S. O Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da Universidade Federal do Piauí (UFPI). *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 27-29, 2011.
- SCHUCH, P. et al. *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.
- SILVA, G. (Org.). *Antropologia Extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília: Paralelo 15, 2008.
- SILVERMAN, S. The United States. In: BARTH, Fredrik et al. *One discipline, four ways: British, German, French, and American Anthropology*. With a foreword by Chris Hann. Chicago: The University of Chicago Press, 2005, p. 255-347.
- SPENCER, J. British Social Anthropology: a retrospective. *Annual Reviews of Anthropology*, n. 29, p. 1-24, 2000.
- STEIL, C. A.; FAUSTO, C. *Documento de Área – Antropologia/Arqueologia*. Brasília: CAPES, 2009. (não publicado)
- STOCKING JR., G. (Org.). *A formação da antropologia americana, 1883-1911: antologia (Franz Boas)*. Tradução de Rosaura Maria C. L. Eichenberg. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2004.
- THIESEN, B. V.; BARCELOS, A. H. F. O campo não faz o arqueólogo: em defesa da formação de pesquisadores em Arqueologia e o bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 16-18, 2011.
- TRAJANO FILHO, W.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Associação Brasileira de Antropologia, 2004.
- UCKO, P. J. *Academic Freedom and Apartheid: The Story of the World Archeological Congress*. London: Duckworth, 1987.
- VARGAS, E. V. (Coord.). *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Antropologia (REUNI)*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. (não publicado)
- VIANA, S.A.; RUBIN DE RUBIN, J. C. A Formação em Arqueologia na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás. *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 3, p. 14-16, 2011.
- VÍCTORA, C. et al. *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: Editora UFF, 2004.